

Versão 1

JULHO/2017

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL FEBRABAN DA MODALIDADE
CORRESPONDENTE COMPLETO - ONLINE

Esta modalidade visa à certificação plena do Correspondente, habilitando-o a atuar em nos segmentos alcançados pela regulamentação, (Consignado, Crédito Direto ao Consumidor e Crédito e Financiamento de Veículos).

Dados do exame:

Tipo de teste: Múltipla escolha

Duração máxima: 2 (duas) horas

Número de questões: 50 (cinquenta)

Opções de resposta: 4 (quatro)

Para aprovação é necessário ter aproveitamento igual ou superior a 70% no exame.

O exame contém questões pertinentes aos seguintes temas e subtemas:

Conhecimentos gerais sobre o Sistema Financeiro Nacional - SFN.

1. Organização, composição e estruturação do SFN. a. Lei nº 4.595/64.
2. Disciplina da atividade de correspondente no país.
 - a. Resoluções CMN nº 3.954/2011 e 3.959/2011.
3. Veda a cobrança de tarifas e disciplina critérios para cálculo do valor presente na amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.
 - a. Resolução CMN nº 3.516/2007.
4. Disciplina a informação e divulgação do CET - Custo Efetivo Total de operações de crédito e de arrendamento mercantil contratadas ou ofertadas a pessoas físicas.
 - a. Resolução CMN nº 3.517/2007.
5. Altera e consolida as normas sobre a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 - a. Resolução CMN nº 3.919/2010.
6. Sigilo das operações das instituições financeiras. a. Lei Complementar nº 105/01.
7. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
 - a. Lei Complementar nº 116/03.
8. Altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
 - a. Decreto nº 6.339/08.
9. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.
 - a. Lei nº 9.613/98.
10. Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.
 - a. Circular BACEN nº 3.461/2009:

Noções básicas de Matemática Financeira

- a. Juros: noções gerais; simples e compostos; pré e pós-fixados; juros de mora. b. Capitalização: critérios.
- c. Taxa proporcional e taxa equivalente; taxa nominal e efetiva. d. CET: Custo Efetivo Total: cálculo.
- e. Sistemas de amortização.
- f. Crédito: Conceitos; Modalidades de operações de crédito: Crédito Direto ao Consumidor, Crédito Pessoal, Crédito Consignado.

Relacionamento com o Consumidor: Proteção e Defesa; Ética no atendimento:

1. Código de Defesa do Consumidor.
 - a. Lei nº 8.078/1990: (não abordar aspectos processuais dos artigos 81 a 104). b. Decreto nº 2.181/1997.
2. Noções básicas sobre competências, estruturação e operações dos órgãos de defesa do consumidor. a. Sistema Nacional de defesa do Consumidor (SNDC).
3. Dispõe sobre penalidades relativas à prestação de informações por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 - a. Resolução CMN nº 3.883/2010.
4. Disciplina a operação dos SAC dos setores regulados pelo Poder Público Federal. a. Decreto nº 6.523/2008.
5. Disciplina a estruturação do componente organizacional de Ouvidoria nas Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 - a. Resolução CMN nº 3.849/2010.
6. Ética no atendimento.

Código de Autorregulação Bancária

1. Regras gerais de conduta no relacionamento com consumidores pessoa física. a. Normativo 001/2008
2. Regras de funcionamento dos SACs. a. Normativo 003/2009:
3. Institui o programa de autorregulação de crédito responsável às pessoas físicas, em operações de crédito.
 - a. Normativo 010/2013.

Conhecimentos específicos para CRÉDITO CONSIGNADO

1. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.
 - a. Lei nº 10.820/03 (com alterações da Lei nº 10.953/04).
2. Regulamenta o desconto de prestações em folha de pagamento. a. Decreto nº 4.840/2003.
3. Regulamenta o processamento de consignações em folha de pagamento de servidores públicos federais.
 - a. Decreto nº 6.386/2008.
4. Regime jurídico dos servidores públicos federais. a. Lei nº 8.112/90.
5. Dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. a. Lei 8.213/91:
6. Dispõe sobre a inclusão, nos contratos de concessão de crédito, de informações a respeito de encargos e demais despesas incidentes no curso normal da operação, bem como sobre a divulgação das taxas efetivas mensais praticadas nos contratos de abertura de crédito em conta corrente.
 - a. Circular BCB nº 2.936/1999.
7. Dispõe sobre prazos mínimos e remuneração das operações ativas e passivas realizadas no mercado financeiro.
 - a. Circular BCB nº 2.905/1999.
8. Regulamenta o processamento de consignações em pagamento de benefícios previdenciários e disciplina sua operacionalização no âmbito do INSS.
 - a. Instrução Normativa INSS/DC 121/05.

Conhecimentos específicos para FINANCIAMENTO E CRÉDITO DE VEÍCULOS

1. Arrendamento mercantil e seus aspectos tributários. a. Lei 6.099/74 (e alterações posteriores).
2. Arrendamento mercantil de veículos automotivos. a. Lei 11.649/08.
3. Disciplina e consolida as normas relativas às normas de arrendamento mercantil. a. Resolução CMN nº 2.309/1996 (e alterações).
4. Trata de prazos mínimos a serem observados para quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil.
 - a. Carta-Circular BACEN nº 3.248/2006.
5. Regras que disciplinam a padronização dos documentos na oferta das operações de CDC e de leasing no mercado de veículos.
 - a. Normativo 005/2009.

REFERÊNCIAS - INTERNET:

- BACEN: Sistema Financeiro Nacional: www.bcb.gov.br
- COAF/MF: Ações de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: www.coaf.fazenda.gov.br
- DPDC/MJ: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor: www.mj.gov.br/dpdc
- FEBRABAN: Sistema de Autorregulação Bancária: www.autorregulacaobancaria.org.br